

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

Aos 16 dias do mês de junho de 2021, pelas 9 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, no Centro de Acolhimento ao Cidadão do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

[formato presencial e por videoconferência]

9h00

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias**
3. **Anúncio de projetos de voto que baixaram à Comissão;**
4. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**

Proposta de Lei n.º 90/XIV/2.ª (GOV) - [Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, implementando medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção;](#)

Relatora: Deputada Mónica Quintela (PSD)

Proposta de Lei n.º 91/XIV/2.ª (GOV) - [Transpõe a Diretiva \(UE\) 2019/1937, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União;](#)

Relatora: Deputada Mónica Quintela (PSD)

Projetos de lei n.ºs 799/XIV/2.ª (PCP) - [Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal](#), e 837/XIV/2.ª (BE) - [Proíbe o recurso do Estado e pessoas coletivas públicas à arbitragem em matéria administrativa e fiscal;](#)

[Parecer conjunto](#) - Relatora: Deputada Joana Sá Pereira (PS)

5. **Discussão, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, do Projeto de Resolução n.º 1296/XIV/2.ª (BE) - [Construção de novas instalações do Departamento de Investigação Criminal/DIC da Polícia Judiciária de Portimão;](#)**

6. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**

A)

Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Ministra da Justiça e/ou Secretária de Estado da Justiça responsável pela área dos registos e notariado, para abordar especificamente os problemas deste setor;

B)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

- Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros, do Presidente da Câmara de Lisboa, Dr. Fernando Medina, sobre a alegada partilha de dados pessoais dos organizadores de um protesto realizado em frente à Embaixada da Federação da Rússia, em Lisboa, pela libertação de Alexey Navalny, opositor daquele Governo;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição urgente da Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre a alegada partilha, pela Câmara Municipal de Lisboa, de informações por diversas representações diplomáticas acreditadas em Portugal sobre os dados pessoais de responsáveis pela organização de manifestações, autorizadas pelo município, relativas à situação política vivida nos países respetivos;
 - Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para que se obtenha junto de todas as câmaras municipais do País a descrição dos procedimentos seguidos em matéria de tramitação da informação constante do aviso de realização de manifestações previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto;
7. Distribuição e admissão de petições, designadamente:
- Petição n.º [248/XIV/2](#) - Violação do princípio da igualdade no funcionamento da mobilidade interna entre serviços da Polícia de Segurança Pública
 - Petição n.º [253/XIV/2](#) - Eleições Legislativas - Voto pela Via Postal para todos os Cidadãos Portugueses Eleitores;
8. Discussão e votação do relatório final da Petição n.º 209/XIV/2ª - Solicitam a atribuição da natureza de crime público à partilha não consentida de conteúdos sexuais” - Relatora: Deputada Cláudia Santos (PS);
9. Outros assuntos.

II Parte

11h00

Audiência da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa, com a participação da Comissão Nacional de Eleições e da Comissão Nacional de Proteção de Dados, para apresentação dos resultados do projeto piloto sobre a implementação de voto eletrónico descentralizado.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

(Reunião presencial que decorrerá à porta fechada, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 110.º do RAR. Reunião conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.)

Aberta a [reunião](#), o Senhor Presidente, Deputado Luís Marques Guedes, deu conhecimento à Comissão, como questão prévia e a propósito da reunião conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas que teria lugar a seguir, que respondera na véspera ao final do dia a uma comunicação da CNPD, explicando que a 1.ª Comissão não era a promotora da reunião, tendo os seus membros sido convidados a nela participar pela 2.ª Comissão, a qual disponibilizara a esta as indicações que constavam do site da Assembleia da República, nos termos comunicados pelo Governo, designadamente acerca da participação da CNPD na reunião. Fez votos para que o equívoco tivesse ficado resolvido e reiterou que a Comissão não fizera nenhuma diligência junto da CNPD nem da CNE por não ser a promotora da reunião.

Dando início à ordem do dia, foi anunciada a baixa das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 99/XIV/2.ª (GOV)	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1, que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-Membros competência para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno Obs: competente a 6.ª Comissão tendo esta solicitado ao GPAR a conexão com a 1.ª CACDLG em 09-06-2021	24-05-2021	11-06-2021		Comunicado na reunião de 16.06.2021

PROJETOS DE LEI

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	CONSULTAS A PROMOVER
PJL 867/XIV/2.ª (CDS-PP)	Cria o crime de sonegação de proventos e revê as penas aplicáveis em sede de crimes de responsabilidade praticados por titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos Obs: Conexão com a 1.ª Comissão Competente – 14.ª Comissão	14-06-2021	14-06-2021	Solicitado o agendamento por arrastamento para a sessão plenária de 25.6	Comunicado na reunião de 16.06.2021
PJL 869/XIV/2.ª (CDS-PP)	Procede à vigésima alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de julho, que Aprova o Estatuto dos Magistrados Judiciais, criando o crime de sonegação de rendimentos e enriquecimento ilícito e alterando as condições de exercício de funções não estatutárias	14-06-2021	14-06-2021	Solicitado o agendamento por arrastamento para a sessão plenária de 25.6	Comunicado na reunião de 16.06.2021, tendo sido deliberado não designar relator atento o agendamento para plenário a 25.06 CSM, CSMP, OA e Conselho de Prevenção da Corrupção 16.06.2021
PJL 870/XIV/2.ª (CDS-PP)	Procede à segunda alteração da Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto, que Aprova o Estatuto do Ministério Público, criando o crime de sonegação de rendimentos e enriquecimento ilícito e alterando as condições de exercício de funções não estatutárias	14-06-2021	14-06-2021	Solicitado o agendamento por arrastamento para a sessão plenária de 25.6	Comunicado na reunião de 16.06.2021, tendo sido deliberado não designar relator atento o agendamento para plenário a 25.06 CSM, CSMP, OA e Conselho de Prevenção da Corrupção 16.06.2021
PJL 877/XIV/2.ª (PSD)	Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, ampliando obrigações declarativas e prevendo a comunicação obrigatória ao Ministério Público da falta de	14-06-2021	14-06-2021	Solicitado o agendamento por arrastamento para a sessão	Comunicado na reunião de 16.06.2021

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

	indicação dos factos que originaram aumentos patrimoniais Obs: Conexão com a 1.ª Comissão Competente – 14.ª Comissão			plenária de 25.6	
--	--	--	--	------------------	--

PROPOSTAS DE LEI - NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE

N.º AUTOR	ASSUNTO	PLENÁRIO	BAIXA COMISSÃO NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE
PPL 92/XIV/2.ª (GOV)	Altera o Código de Processo Civil, as normas regulamentares do regime da propriedade horizontal, o regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do tribunal de 1.ª Instância e o Código do Registo Predial	Aprovado 09-06-2021	Requerimento, apresentado pelo PS, de baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, pelo prazo de 30 dias Comunicado na reunião de 16.06.2021

Não havendo iniciativas europeias para distribuir, nem projetos de voto a anunciar, passou-se à apreciação e votação dos seguintes requerimentos:

- [Requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros, do Presidente da Câmara de Lisboa (CML), Dr. Fernando Medina, sobre a alegada partilha de dados pessoais dos organizadores de um protesto realizado em frente à Embaixada da Federação da Rússia, em Lisboa, pela libertação de Alexey Navalny, opositor daquele Governo, que foi apresentado pela Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), justificando-o com a gravidade da atuação da CML que, de acordo com notícias veiculadas pela Comunicação Social e segundo declarações públicas, fizera chegar às autoridades Russas nomes, moradas e contactos dos opositores àquele regime, pondo em risco os próprios e suas famílias, uma questão de soberania com consequências para a política de negócios estrangeiros de Portugal, que importava esclarecer.

Sobre a mesma matéria, foram apresentados pelo Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) o [Requerimento](#) para audição urgente da Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre a alegada partilha, pela Câmara Municipal de Lisboa, de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

informações por diversas representações diplomáticas acreditadas em Portugal sobre os dados pessoais de responsáveis pela organização de manifestações, autorizadas pelo município, relativas à situação política vivida nos países respetivos e o [Requerimento](#) para que se obtenha junto de todas as câmaras municipais do País a descrição dos procedimentos seguidos em matéria de tramitação da informação constante do aviso de realização de manifestações previsto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto.

O requerente explicitou que a matéria objeto dos requerimentos era a mesma já apresentada pelo PSD mas contendo duas dimensões diversas sobre as quais considerava necessário obter esclarecimentos: a proteção de dados, regime aplicável do ponto de vista substantivo e sancionatório; a necessidade de se obter informação sobre outras práticas de informação por parte dos municípios quando da receção de informação sobre a identificação dos promotores de manifestações, questão que declarou inquietar o BE, que defendia a necessidade de a Comissão tomar a iniciativa de recolher tal informação diretamente, em nome do Parlamento.

No debate conjunto sobre os requerimentos intervieram os Senhores Deputados Cláudia Santos (PS) - que manifestou compreender a relevância da matéria, sem embargo de considerar menos pertinente o pedido, a formular junto de todas as Câmaras Municipais, de indagação de procedimentos em situações similares, e defendeu a necessidade de definição de uma metodologia para futuro, havendo convergência de todos os atores políticos, incluindo do Senhor Presidente da CML, que reconheceu o erro e a pertinência de adoção de novas regras - e António Filipe (PCP), que se manifestou favorável aos requerimentos e recordou que o Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto, era pré-constitucional, havendo pois necessidade de fazer uma sua interpretação conforme à Constituição, designadamente afastando a necessidade de autorização da manifestação, muito embora sendo compreensível a necessidade de aviso prévio a uma manifestação à porta de uma entidade, por razões de segurança e organização dos acessos. Considerou útil conhecer os referidos procedimentos, embora questionando o seu sentido útil quanto à obtenção de tal esclarecimento junto de Câmaras sem postos consulares ou embaixadas nos seus territórios, parecendo prudente circunscrever o universo de destinatários. Lembrou ainda que o Presidente de



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

uma Câmara não reponde politicamente perante a Assembleia da República, mas ante a respetiva assembleia municipal, pelo que não poderia ser exigida a sua participação, mas apenas endereçado um convite para o efeito.

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) explicou que em causa estava apurar práticas para além das manifestações perante representações diplomáticas, designadamente importando saber se a informação, a propósito de qualquer manifestação, envolve os nomes dos organizadores.

O Senhor Presidente interveio a final para informar que o Senhor Presidente da 2.ª Comissão (CNECP) adiantara a hipótese de a audição conjunta ter lugar numa tarde da semana seguinte, em simultâneo com a sessão plenária, sob autorização do Senhor Presidente da Assembleia e sugeriu que, para maior utilidade na eventual apreciação legislativa da matéria num futuro próximo, a missiva a dirigir aos Presidentes das 308 Câmaras Municipais contivesse 3 ou 4 questões concretas, o que facilitaria a resposta e agilizaria o seu tratamento, o que obteve a anuência do requerente.

Submetido a votação, os três requerimentos foram, a final, aprovados por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN e do DURP do CH.

Foi também apreciado o [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição da Ministra da Justiça e/ou Secretária de Estado da Justiça responsável pela área dos registos e notariado, para abordar especificamente os problemas deste setor. Na apresentação do requerimento, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) recordou a situação grave que se vinha verificando no setor, que justificara que todos os Sindicatos (tanto de Conservadores, como de funcionários) se tivessem unido dando conta das suas preocupações, as quais haviam merecido referências sempre muito diluídas e pouco desenvolvidas nas audições regimentais. Considerou por isso que o setor justificaria mais algum tempo de debate e esclarecimento em audição própria, da Senhora Ministra ou da Senhora Secretária de Estado, não tanto uma discussão política, mas sobre as questões concretas que preocupam o setor.

A Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS) declarou o voto favorável do seu Grupo Parlamentar e reconheceu que as audições regimentais podem não ter dado resposta a todas as questões evidenciadas no requerimento, sugerindo que, a ser aprovada, a

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

audição pudesse ter lugar antes ou depois da audiência regimental, com grelha própria, tendo a Senhora Depurada Mónica Quintela (PSD) sugerido que após a audiência regimental de 23 de junho se verificasse se se justificaria esta audiência autónoma, atenta a sobrecarga de agenda da semana parlamentar em matéria de Justiça.

Após o debate, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN e do DURP do CH, tendo o Senhor Presidente recordado que a agenda da Comissão estava já ocupada antes da audiência regimental.

Retomou-se então a sequência da ordem do dia, procedendo-se à apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Lei n.º 90/XIV/2.ª (GOV) - [Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, implementando medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção](#), que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD) e debatido com a intervenção da Senhora Deputada Cláudia Santos (PS), que considerou que o parecer evidenciava que a Proposta de Lei é ambiciosa, pretendendo alterar de forma substancial a legislação, incluindo a adjetiva, de combate à corrupção, alterando o modelo vigente, ao contrário do que a Comunicação Social vinha apontando, procurando esvaziar a estratégia proposta pelo Governo, após o que o [parecer](#) foi aprovado por unanimidade (nas suas partes I e III), na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH;

- Proposta de Lei n.º 91/XIV/2.ª (GOV) - [Transpõe a Diretiva \(UE\) 2019/1937, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União](#), que foi igualmente apresentado pela Senhora Deputada Mónica Quintela (PSD), n qualidade de Relatora, após o que o [parecer](#) foi aprovado por unanimidade (nas suas partes I e III), na ausência do CDS-PP, do PAN e do DURP do CH;

- Projetos de Lei n.ºs 799/XIV/2.ª (PCP) - [Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal](#), e 837/XIV/2.ª (BE) - [Proíbe o recurso do Estado e pessoas coletivas públicas à arbitragem em matéria](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

[administrativa e fiscal](#), cujo [parecer](#) conjunto foi apresentado pela Senhora Deputada Joana Sá Pereira (PS), tendo intervindo no debate subsequente o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), após o que o parecer foi aprovado por unanimidade (nas suas partes I e III), na ausência do do PAN e do DURP do CH.

A solicitação do BE, foi adiado o ponto quinto, que consistia na discussão, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, do Projeto de Resolução n.º 1296/XIV/2.ª (BE) - [Construção de novas instalações do Departamento de Investigação Criminal/DIC da Polícia Judiciária de Portimão](#).

No ponto seguinte, foi apreciada a admissibilidade das seguintes petições:

- Petição n.º [248/XIV/2](#) - Violação do princípio da igualdade no funcionamento da mobilidade interna entre serviços da Polícia de Segurança Pública
- Petição n.º [253/XIV/2](#) - Eleições Legislativas - Voto pela Via Postal para todos os Cidadãos Portugueses Eleitores.

As petições foram admitidas por unanimidade e analisadas, tendo a sua apreciação sido concluída com a aprovação das respetivas notas de admissibilidade, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º do Regime Jurídico do Exercício do Direito de Petição aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto, da Lei n.º 51/2017, de 13 de julho e da Lei n.º 63/2020, de 29 de outubro).

Por fim, a Senhora Deputada Cláudia Santos (PS) apresentou o relatório final da Petição n.º 209/XIV/2ª - [Solicitam a atribuição da natureza de crime público à partilha não consentida de conteúdos sexuais](#)”, tendo destacado os elementos adicionais de reflexão carreados pela audição obrigatória da primeira subscritora e manifestado a sua opinião sobre a pretensão legislativa constante da petição e seu enquadramento no regime processual penal em vigor. Após debate com a intervenção das Senhoras Deputadas Mónica Quintela (PSD) e Joacine Katar Moreira (Ninsc), o [relatório final](#) foi aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do DURP do CH.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

No ponto relativo a outros assuntos, o Senhor Presidente deu conta da realização, no dia seguinte, de uma reunião de Mesa e Coordenadores, para organização da agenda da Comissão até ao final de julho, tendo em conta os processos legislativos e as audições pendentes.

Às 11h00, teve início a reunião conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas para audiência da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, da Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa, com a participação da Comissão Nacional de Eleições, para apresentação dos resultados do projeto piloto sobre a implementação de voto eletrónico descentralizado.

A reunião decorreu à porta fechada, nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do RAR.

Após uma intervenção inicial do responsável pela Administração Eleitoral da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna para apresentação dos resultados do projeto piloto sobre a implementação de voto eletrónico descentralizado, usaram da palavra os Senhores Deputados Paulo Pisco (PS), Carlos Alberto Gonçalves (PSD), Hugo Carneiro (PSD) e Joacine Katar Moreira (Ninsc), tendo os Senhores Secretários de Estado, o Vogal do Conselho Diretivo da Agência para Modernização Administrativa, I.P. e os técnicos desta entidade respondido às questões colocadas.

Na segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Carlos Alberto Gonçalves (PSD) e João Oliveira (PCP), tendo os Senhores Secretários de Estado e o responsável pela Administração Eleitoral da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna respondido às perguntas formuladas.

O Senhor Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas agradeceu a presença dos membros do Governo presentes e deu por concluída a audiência.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

A solicitação do governo, a reunião não foi gravada em vídeo, nem transmitida pelo Canal Parlamento, por pressupor o debate de informação não pública.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de junho de 2021

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Elza Pais (PS)
Francisco Pereira Oliveira (PS)
Isabel Alves Moreira (PS)
Isabel Rodrigues (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Romualda Fernandes (PS)
André Coelho Lima (PSD)
André Neves (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Luís Marques Guedes (PSD)
Márcia Passos (PSD)
Mónica Quintela (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
Sara Madruga Da Costa (PSD)
Beatriz Gomes Dias (BE)
José Manuel Pureza (BE)
António Filipe (PCP)
Telmo Correia (CDS-PP)
André Ventura (CH)
Joacine Katar Moreira (NINSC)
Constança Urbano De Sousa (PS)
Jorge Lacão (PS)
Paulo Porto (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Susana Amador (PS)
Hugo Carneiro (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Magalhães (PS)
Inês De Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto (PS)
Pedro Delgado Alves (PS)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 70/XIV/2.ªSL